

Editorial

Com o presente número da Revista Contexto e Educação, que reúne artigos do campo da Educação Popular, voltamos a prestar homenagem, como já o fizemos em outras oportunidades, a esse movimento pedagógico e cultural que se constituiu e se consolidou no bojo das mais diversas práticas e contextos sociais na América Latina, especialmente a partir da segunda metade do século 20, e cujas raízes remontam a momentos na história e lugares sociais mais remotos e amplos.

A Educação Popular constituiu-se e desenvolveu-se na contramão dos fluxos das relações sociais opressoras, excludentes e autoritárias, em âmbitos como os dos Estados, instituições, movimentos sociais e espaços comunitários. São diversos os esforços para defini-la, como são muitas as configurações conceituais com as quais nos deparamos para a organização de nossos pensamentos no sentido de encetar debates sobre os temas e questões com o quais a Educação Popular lida e/ou levanta. Ensaíamos, por meio deste editorial, mais uma configuração conceitual, de forma a favorecer a interlocução que a apresentação dos artigos, que temos o prazer de trazer a público, requer: *a Educação Popular vista como prática social e cultural, que implica ensino e aprendizagem, favorecidos por relações dialógicas (entre sujeitos, saberes, perspectivas teóricas, metodologias, fundamentos filosóficos) e que se move mediante a intencionalidade política de contribuir para a construção de uma ordem social (nos mais diversos espaços sobre os quais incide) que não seja marcada pela exploração, opressão e submissão.*

Ao homenagear a Educação Popular estamos também reconhecendo e manifestando nosso respeito à história desta instituição de ensino que a Revista Contexto e Educação representa, a UNIJUÍ – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil –, que teve sua constituição como instituição de ensino superior também na segunda metade do século 20,

pautando sua prática por intencionalidade convergente com a da Educação Popular que apoiamos: contribuir, por meio da educação, para a ação política e o desenvolvimento de um pensamento crítico voltado a compreender o desenvolvimento de nossas sociedades e as contradições dele decorrentes, situando os grupos subalternos nas relações de poder vigentes e subsidiando estratégias de resistência a diferentes formas de opressão identificadas. Repetindo o professor Mario Osorio Marques:

Nascia ela para servir à região, para responder aos apelos da realidade local, uma realidade ainda não contaminada pela desumanização dos grandes centros, mas já por ela ameaçada: o progresso do interior, o acelerado desenvolvimento comercial e industrial, as máquinas devorando distâncias e rasgando o seio da terra, traziam o perigo do tecnicismo e do acúmulo das riquezas criarem uma civilização sem alma, onde o espírito se aniquila ante as forças que desencadeou (1984, p. 35).

Essa nova instituição de ensino, prossegue a escrita do educador,

haveria de abrir as portas para todos, de falar ao povo a linguagem do povo, de ministrar cursos de extensão para difundir a cultura e cursos populares (como preparação ao casamento, de psicologia prática, de pedagogia para pais e educadores), haveria de penetrar todos os lares através da imprensa, para “salvar” o homem do interior (1984, p. 35).

Décadas se passaram, mas a sensibilidade aos interesses e valores dos grupos populares tem se mantido e perpassado a vida de muitos setores e grupos nesta instituição que celebra, em 2010, seus 25 anos como universidade, e possibilitado que, no seu interior, continue havendo espaço para a Educação Popular, como o presente número da Revista Contexto e Educação atesta e outros mais o demonstrarão.

Neste início do século 21, estamos presenciando a constituição, na América Latina, de iniciativas político-culturais que começam a movimentar nossos países em direção à democratização. Essas, porém, movimentam-se na instabilidade do jogo de forças que se arma em cada canto do continente. Não é sem

razão que os movimentos sociais, então constituídos, chamam-nos a atenção para a necessidade de uma atitude vigilante e movimentação constante no intuito de “democratizar as democracias em constituição” e impedir retrocessos. Apela, por sua vez, à Educação Popular e à universidade, que lhe dá lugar, para que assumam os temas que esse novo contexto apresenta para a investigação e ação pedagógica, e que se abram, sem preconceitos, para o acolhimento dos sujeitos que representam identidades historicamente discriminadas, hoje em processo de conscientização, organização e luta por direitos.

Os artigos que o presente número da revista reúne mostram a pluralidade temática e a riqueza teórico-metodológica da Educação Popular. Problematizam os paradigmas que dão sustentação às suas práticas; apresentam análises de experiências de formação, organização sobre as quais a Educação Popular incide; põem em debate a presença e as possibilidades criadas pelas tecnologias em diferentes espaços e usos sociais e a relação entre a educação e outros campos do conhecimento e ação, como o da saúde.

O primeiro artigo apresentado, *Educación Popular y paradigmas emancipadores*, de autoria de Alfonso Torres Carrillo, resulta de pesquisa realizada para o Consejo de Educación de Adultos de América Latina (CEAAL) sobre a contribuição da Educação Popular para a construção de paradigmas alternativos (emancipatórios), tendo em vista a necessidade de revitalização do pensamento crítico na Educação Popular e qualificação das suas orientações e formas de incidência nas instituições, processos e movimentos sociais, na atualidade.

Ancorado em “referenciais teóricos pós-metafísicos” – especificamente o paradigma da linguagem, sob o qual a linguagem é tomada como constitutiva da condição humana – Paulo Evaldo Fensterseifer apresenta o artigo *Educación Popular e Paradigmas Emancipatórios*, pelo qual procura “inserir-se no debate presente na agenda da Educação Popular na América Latina”. O artigo, ao mesmo tempo que reconhece o compromisso histórico da EP de enfrentar “um contexto de desigualdades sociais e de diferenças culturais”, procura evidenciar seus atuais desafios: lidar com “o aberto” que o rompimento com a tradição metafísica impõe ao tratamento das “verdades” sobre o social.

Com o artigo *Habermas e a Educação Popular: a dimensão política da educação como possibilidade de encontro*, Conceição Paludo estabelece uma aproximação entre a teoria da ação comunicativa de Habermas e a Educação Popular, esta última representada pelo pensamento de Freire. Com as reflexões apresentadas, que dão destaque à dimensão política da Educação Popular mediando a referida aproximação, a autora passa a integrar o atual movimento de reconceitualização da Educação Popular.

Com o texto *A formação de educadores na perspectiva da Educação do Campo: reflexões sobre o 1º Curso de Pedagogia da Terra da Via Campesina*, Cecília Maria Ghedini e Claudia Barcelos de Moura Abreu apresentam análise da proposta teórico-metodológica do Curso Pedagogia da Terra da Via Campesina/BR, realizado em Veranópolis/RS, no período 2002-2005. Na análise destacam as três dimensões da formação presente na proposta: o pedagogo do campo, o pedagogo em movimento e o pedagogo da escola e apontam para a necessidade de uma produção teórica inovadora, na área em questão, para atendimento de urgências que se configuram na atualidade.

Iara Aquino Henn, no artigo *Processos sociais e educativos: a experiência dos agricultores e agricultoras agroecológicos(as)*, analisa as marcas deixadas pela Educação Escolar em agricultores e agricultoras no sudoeste do Paraná, sobre as possibilidades de desconstrução dessas e reconstrução de novas referências. Trabalha a partir da teoria do *habitus* de Bourdieu para desvendar esquemas e percepções introjetadas e se utiliza da metáfora do Jeca Tatu, de Monteiro Lobato, na abordagem dos estigmas e resultados de práticas discriminatórias.

Walter Frantz, em texto alicerçado em pesquisa de campo, *Práticas cooperativas como processos educativos*, apresenta reflexões sobre como o movimento cooperativo – “lugar de comunicação a respeito de práticas de produção e distribuição de bens (...) lugar a partir do qual se podem construir novos caminhos na economia, novos laços sociais, nova cultura política, uma economia mais humana” – abre espaço para a educação, especialmente para

a Educação Popular. Ressalta, em suas reflexões, que o cooperativismo é um campo que demanda a produção de conhecimentos, pois ainda mantém “áreas não exploradas” que dificultam a sua compreensão.

Maria Augusta Amaral Vieira de Mello e Angelo Brás Fernandes Callou apresentam-nos o texto *Tecnologia social, extensão rural e desenvolvimento local: o gerenciamento integrado de resíduos sólidos em Pernambuco*, decorrente de pesquisa documental e de campo, em que analisam a instituição do gerenciamento integrado de resíduos sólidos no município de Sairé, situado na região do Agreste pernambucano. Focam suas análises na pergunta: Quais as tecnologias sociais que foram adotadas na execução do projeto de gerenciamento que favoreceram o meio ambiente, a qualidade de vida da população e o desenvolvimento local? Os referenciais da Educação Popular, que apoiam a pesquisa, vão possibilitar aos autores elementos para elencar aspectos críticos que ainda carecem de intervenção educativa mais intensa, pelo projeto, para favorecer a participação e a construção coletiva de conhecimentos, exigências implícitas na concepção de desenvolvimento local que afirmam.

O texto *Educação popular e o processo de socialização de educados de um hospital psiquiátrico de Belém*, escrito por Ivanilde Apoluceno de Oliveira e Rafael Grigorio Reis Barbosa, referenda a aproximação de dois campos do conhecimento que, historicamente, têm se mostrado necessários para compreender processos de subjetivação em situações de sofrimento humano. No caso, os autores trazem, com o texto, reflexões apoiadas em pesquisa-ação sobre uma experiência de alfabetização de jovens e adultos realizada com pacientes de um hospital psiquiátrico da cidade de Belém do Pará, com base em referencial teórico da Educação Popular e da pesquisa participante.

Para finalizar a apresentação da produção textual reunida no presente número da Revista Contexto e Educação, trazemos o texto do educador uruguaio Mauricio Langon, *Una articulación alternativa para una educación humanizadora*. Este é um texto que, em parte, transgredir as normas da revista, mas se mostra de grande relevância temática e abordagem capaz de insuflar debate, caro à Educação Popular, sobre a “relação escola e vida” e ainda sobre as “falsas

oposições que encobrem oposições verdadeiras” no campo em questão. Foi apresentado, como conferência, no Fórum Mundial de Educação “Educação: Economia Solidária e Ética Planetária”, em Santa Maria/RS, em maio de 2008. Aachamos por bem veiculá-lo em periódico para maior divulgação do debate que provoca num momento em que setores populares e movimentos sociais, na América Latina, clamam por subsídios filosóficos, teóricos e metodológicos para orientar suas práticas no sentido de “democratizar as democracias em constituição”.

Referência

MARQUES, Mario Osorio. *Universidade emergente – o ensino superior brasileiro em Ijuí (RS), de 1957 a 1983*. Ijuí: Fidene, 1984.

Elza Maria Fonseca Falkembach

Pelo Departamento de Pedagogia e Programa de Pós-Graduação
em Educação nas Ciências da Unijuí